

---

## Da Teoria Crítica à Crítica ao Direito

### From Critical Theory to the Critique of Law

José Antônio Peres Gediel<sup>1</sup>

Danilo Arnaut<sup>2</sup>

Ana Paula Bittencourt Okamoto<sup>3</sup>

#### RESUMO

Este artigo propõe identificar os elementos teóricos caracterizadores da crítica, recuperar a trajetória da teoria crítica e sua influência para a formulação e desenvolvimento do pensamento social e das correntes do direito alternativo, na América Latina. Ao examinar esse percurso, os movimentos sociais se apresentam como espaço privilegiado para a realização da crítica imanente e para formulação de horizontes emancipatórios. A análise da teoria crítica do direito evidencia o esforço dos juristas para a superação do positivismo jurídico e para o desvendamento do processo de produção normativo, no capitalismo. Soma-se às demais tarefas da teoria crítica na área jurídica o intento de explicitação das raízes coloniais e escravistas que geraram os estados e os direitos nacionais. Desse conjunto de elaborações teóricas e práticas incidentes sobre a vida social, configuram-se as múltiplas posições que compõem a crítica na atualidade e o direito alternativo.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica, Movimentos Sociais, Pensamento Social Latino-Americano, Direito Alternativo.

#### ABSTRACT

This article aims to identify the theoretical elements that characterize critical knowledge, tracing the trajectory of critical theory and its influence on the formulation and development of social thought and currents of alternative law within Latin America. By examining this path, social movements emerge as a privileged space for the realization of immanent criticism and the formulation of emancipatory horizons. The analysis of critical

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Direito da Universidade Federal do Paraná, ORCID 0000-0002-4139-8559, e-mail: jagediel@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutorando em Direito na Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito do Centro Universitário UNIOPET e do Centro Universitário UNIFACEAR. ORCID 0000-0003-3794-9220, e-mail: daniloarnaut@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Professora de Direito do Centro Universitário UNIFACEAR. ORCID ID 0000-0001-9094-0327 e-mail: anaokamoto@ufpr.br.

legal theory highlights the efforts of jurists to overcome legal positivism and to unveil the normative production process under capitalism. In addition to the other tasks of critical theory in the legal field, there is an intent to explain the colonial and slave roots that generated national states and rights. From this set of theoretical and practical elaborations that impact social life, multiple positions that make up critical knowledge and alternative law emerge.

**Keywords:** Critical, Theory Social Movements, Latin American Social Thought, Alternative Law.

## 1. Introdução

A crítica é uma tarefa. Em sua consecução, não há espaço para neutralidade nem abstenções. Como resultado, não se subsume a disciplinas nem tendências. A crítica pode ser tida, nesse sentido, como uma teoria (porque abstrata) que se materializa na prática (porque possível).

Nesse jogo entre fábula e percepção, criação e presença, paixão e julgamento, a crítica atravessa os diversos estilos de pensamento e investigação. Abole, assim, todo e qualquer compromisso com limites entre abstração e matéria. A crítica é imanente justo na medida em que provoca, no real, sua própria disrupção.

A urgência e a atualidade da crítica são inegáveis, para o direito e pode fornecer contribuições para responder às demandas por uma emancipação justa e para a superação da herança colonial e escravista, na América Latina. Neste aspecto a recepção da teoria crítica pelos juristas sinaliza os limites e potencialidades da construção de um possível Direito Alternativo.

## 2. Imanência e emancipação: a justiça como horizonte da crítica.

A racionalidade do que denominamos teoria crítica quase sempre caracteriza uma forma possível de crítica ao capitalismo, entendido como modo de produção e processo cultural. Em uma apreensão concisa, pode-se afirmar que se trata de um conjunto de elaborações e lutas que operam, por um lado, mediante um pressuposto estrutural – a existência de contradições no sistema capitalista – e, por outro, aponta para um horizonte:

a emancipação humana. Dito de outro modo: situar uma reflexão ou formulação no âmbito do que poderíamos denominar teoria crítica envolve o *esforço* de descascar a grossa camada de tinta que recobre as rachaduras das paredes e fundações do *grand système*, conjugado com uma *intenção*: o rompimento dos grilhões que, por meio de processos como alienação, estranhamento e mais-valia, conduzem o trabalho humano à produção de uma sociabilidade marcadamente perversa, alicerçada em uma consciência de mundo cuidadosamente ornada de modo a recobrir abismos e subjugações, genocídios e esquecimentos.

Mais que uma atividade, a crítica consiste em uma tarefa, uma *Aufgabe*. O pensador crítico renuncia a narrativas lineares, conclusões e respostas. Não há compromissos com os domínios da aparência. Por essa razão, também o estilo (de escrita e raciocínio) acolhe pensamentos abruptos, inacabados e até mesmo deslocados, mimetizando os movimentos disruptores do real. As formas da coesão cedem espaço à coerência.

Talvez a imagem mais poderosa desses esforços e intenções conjugados, como tarefa, tenha sido corporificada por meio da metáfora da escovação da história a contrapelo. Como se sabe, essa metáfora remonta à tese VII, formulada por Walter Benjamin em *Über den Begriff der Geschichte* – sobre o conceito de história. Em sua busca pelo que há de subterrâneo nos documentos de cultura, Benjamin propõe que devamos “escovar a história a contrapelo”<sup>4</sup>.

Mas há outra versão ainda mais antiga dessa imagem, expressa de modo mais árido pelo próprio Marx. A ideia de crítica como uma atitude de revolver os arranjos do mundo é proposta no cerne da defesa de que o fundamento da crítica é a observação de que, em um mundo invertido, isto é, construído de modo invertido (*verkehrt*), produz-se

---

<sup>4</sup> A expressão de Benjamin (1980 [1940]) foi formulada no âmbito da ideia de que a tarefa (*Aufgabe*) do historiador deveria ser a de escovar a história a contrapelo – “Er betrachtet es als seine Aufgabe, die Geschichte gegen den Strich zu bürsten” (*op. cit.*, p. 697).

na sociedade uma consciência de mundo transtornada<sup>5</sup>. A inteligência crítica persegue, nesse sentido, para além das contradições materiais da vida mundana, a captação de indícios dessa consciência invertida. Por isso assume, por vezes, ela mesma, a forma da dissonância, da inconformidade ou do contrassenso.

Sim, a inadequação da crítica é, a um só tempo, causa e condição de seu valor. Note-se que grande parte dos autores vinculados à teoria crítica preocupam-se com o predicado da crítica. Conforme a tradição, a crítica há de ser *imane*nte. A ideia de imanência vincula-se à busca pela extravasão de elementos internos a processos, estruturas e relações sociais. A crítica imanente pretende se opor a críticas entendidas como transcendentes e ideias, por exemplo.

É claro que a imanência não é também absoluta. E nem poderia. A imanência pode ser observada como um caminho reflexivo, uma atitude investigativa, um método. Portanto, não se sobrepõe ao esforço de revolver o real tendo em vista a emancipação humana. Como costuma defender Rainer Forst, nos prolegômenos de alguns de seus escritos, as pessoas jamais se encontrarão inteiramente imersas em um dado contexto<sup>6</sup>. Disso se depreende que a imanência pertence, a rigor, muito mais ao domínio do horizonte crítico que à seara dos movimentos de sua concreção.

Enfrentar a crítica imanente implica, nessa perspectiva, um problema de base: não há leitura imanente, diálogo imanente, interpretação imanente. Quem lê, dialoga ou

---

<sup>5</sup> Cabe recordar, a esse respeito, uma passagem da Introdução à Crítica da Filosofia de Hegel, na qual Marx formula o seguinte contraponto: “O fundamento da crítica não religiosa é o seguinte: o *ser humano faz a religião*, a religião não faz o ser humano. [...] O ser humano é *o mundo do ser humano*, Estado, sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida de mundo, porquanto eles são um mundo invertido”. A tradução é nossa; os grifos, do autor. Segue o trecho no original: “Das Fundament der irreligiösen Kritik ist: Der Mensch macht die Religion, die Religion macht nicht den Menschen. [...] Der Mensch, das ist *die Welt des Menschen*, Staat, Sozietät. Dieser Staat, diese Sozietät produzieren die Religion, ein *verkehrtes Weltbewußtsein*, weil sie eine *verkehrte Welt* sind” (MARX, 1976 [1844], p. 378).

<sup>6</sup> Para Forst, a divisão entre imanência e transcendência é artificial. Por isso, a crítica dita imanente é sempre questionável do ponto de vista reflexivo. No âmbito da participação humana na dinâmica das definições de relações e ordens sociais, há, a um só tempo, transcendência e imanência (FORST, 2015: p. 13 *et sequentia*; 2018, p. 17 *et seq.*).

---

interpreta se encontra em posição de alteridade. Trata-se, portanto, de um problema fenomenológico: o horizonte da imanência não produz imanência.

O que há, então, de imanente da crítica?

Uma pista para localizar a imanência produzida pela crítica está presente em sua própria enunciação. *Imanente* é forma adjetiva advinda de um particípio presente. Imanente é o que (ou quem) imana ou faz imanar. A crítica é imanente a se mesma: por isso não se adorna com ordem, coesão, autenticidade e outros berloques da penteadeira positivista. A crítica é escova dura. Arrebenta os nós e, por vezes, arranha a couraça que recobre as estruturas. Imanente de si mesma, a crítica não tem o pudor de se esconder, não se subordina à forma, não se resguarda à crítica. Não por acaso, flerta, na escrita, com o ensaio, gênero que dá as mãos ao raciocínio inacabado, artesanal, porém cortante em sua aparente despreensão. Mas a crítica também faz imanar: desconjunta o real, provoca-o, reconhece-se parte dele. Sim, a imanência da crítica é imanência do real.

Aqui reside, note-se, o limite da crítica imanente: para produzir imanência, a crítica não precisa partir de uma imersão “completa”. A crítica precisa se *situar* em um contexto. A ideia de situação – termo caro à fenomenologia – nada tem a ver com imersão. A crítica capitalismo como um processo, por exemplo, é produzida a partir de certos epicentros e produz imanência na medida em que (não imersa, mas sim) situada em contextos nos quais os processos se mostram de modo mais evidente. Todavia, a crítica de Forst mostra-se perspicaz ao verificar que, conquanto se pretenda distinta, a crítica imanente também produz transcendência ao extraverter as contradições, ao arrepiar a pelagem do real revelando seus abscessos. A crítica suscita a disrupção, no plano do apreensível, daquilo que se esconde sob a capa da cultura e da política, da norma e do desejo, da justiça e do direito. O que a crítica desvela ou exterioriza é imanente. Assim também, ao situar-se no fenômeno, a crítica torna-se parte do real.

O esforço crítico talvez seja mais apreensível quando aplicado aos elementos da sociabilidade que compõem o que se pode denominar superestrutura (*Überbau*), erguida sobre a *reale Basis* da estrutura econômica e constituída de política e direito. Ao tratar da

crítica da religião como o requisito (*Voraussetzung*) de toda crítica a ser produzida, na Alemanha oitocentista, Marx expressa uma crítica que, em um dado contexto, descortina as contradições da arquitetura que, em terra, produz-se do céu. Na filosofia, a crítica, estando a serviço da história, deve desmascarar as pessoas para si próprias, arrancando-lhes as máscaras que, ungidas pelo sagrado, transformam-nas em corpos estranhos.

É claro que, com isso, não se pretende arrancar máscaras uma por uma. Se assim o fosse, a crítica forçaria pessoas a algum horizonte de liberdade, tomando a forma de um contrato social moderno. Não é esse o norte da emancipação. A crítica é um meio de a humanidade se movimentar nessa direção. A emancipação é verbo reflexivo – pessoas não emancipam, emancipam-se. Disso decorre, novamente, o caráter imanente da crítica: se o processo de retirada da máscara envolve por um lado, tocar corações e mentes, esse processo incorpora, por outro lado, novos agentes, novas forças e novas críticas à crítica. A imanência não é pressuposto: é resultado.

A crítica se mostra, portanto, sempre coletiva, porque construída em relação. Nessa perspectiva, dirá Marx, “a crítica do céu transmuta-se na crítica da Terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*”<sup>7</sup>.

Aqui alcançamos as bases do que pretendemos observar.

A crítica imanente do direito é tarefa que se situa em uma dimensão ontofenomenológica do real<sup>8</sup>. Dito de outro modo: a crítica do direito envolve a intrusão em um domínio simbólico, que conjuga expectativas e ordens, autoridade e poder, legitimidade e submissão<sup>9</sup>. O comportamento *conforme* ao direito pode ser visto, assim,

---

<sup>7</sup> Tradução nossa, grifos do autor. Segue o original: “Die Kritik des Himmels verwandelt sich damit in die Kritik der Erde, die *Kritik der Religion* in die *Kritik des Rechts*, die *Kritik der Theologie* in die *Kritik der Politik*” (MARX, *op. cit.*, p. 379).

<sup>8</sup> A respeito do que aludimos aqui por dimensão ontofenomenologia, consultar os elementos da sociologia da predicação estruturados em Arnaut (2020, p. 162 e seguintes).

<sup>9</sup> A respeito do aspecto simbólico das normas jurídicas, cabe recordar os escritos de Marcelo Neves a respeito da constitucionalização simbólica (NEVES, 1994, 1996). Nessa linha, a ideia de sistema de expectativa pode ser aprofundada em Luhmann (1993).

como uma expressão imprecisa de mandamentos jurídicos. Por isso, a crítica imanente do direito envolve levantar os pelos que lustrosamente recobrem os institutos político-culturais que se constituíram, na história, como propriamente jurídicos. Implica perscrutar o que se evoca na cantilena da lei, na ladainha de cada ato normativo, no apostolado da constituição, nos sermões dos tratados, nas liturgias forenses e legislativas. Se o direito não é ópio do povo, é sua clava de segurança, o suspiro do obediente, a integridade de uma sociedade desleal.

Nesse sentido, esforço de intrusão imanente que possa resultar em uma teoria crítica do direito talvez suspeite de que diagnósticos se fundem na dicotomia entre comportamento e norma enunciada e limitem-se a refletir as aparências do real. Ora, assim como a crítica (imanente) à religião deve ser não religiosa (*irreligiöse*), a crítica ao direito se pretende não jurídica. Isso não implica afirmar, por óbvio, que a crítica ao direito deva ser feita por não juristas – conclusão que abraçaria o erro escolar de reduzir direito a disciplina jurídica. Não. A imanência da crítica do direito é produzida por meio desse processo de disrupção situada e engajada. Desse modo, não tem compromisso com ideias como técnica jurídica, formas simbólicas e hierarquias. Não subsume à arquitetura sideral do direito a percepção das relações, processos e estruturas por ela recobertos.

A emancipação é justa. No entanto, não é, necessariamente, de direito. O sistema, seja ele qual for, pode ser injusto, mas perfeitamente unguído com a bênção jurídica da legitimidade. Por isso é possível dizer, em um ensaio, que a justiça é o horizonte da crítica, sua norma enunciável. Nesse esforço crítico, a reflexão jurídica, sequestrada pelas formas simbólicas do poder, pode reencontrar sua dimensão normativa mais imediata, acessível a todos de modo desprezioso e necessariamente parcial. Desbastado, o direito sente o sopro da justiça. O justo é o horizonte do direito. Sua norma sensível, visceral, popular.

### **3. Crítica contemporânea e movimentos sociais**

A teoria crítica enraizada na tradição marxista desenvolvida, na Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930, se expande com o movimento de migração de grande parte dos membros da denominada *Escola de Frankfurt* (Instituto para Pesquisa Social da

Universidade de Frankfurt), para os Estados Unidos da América do Norte, na década de 1940, e contribui para a formação da universidade *The New School for Social Research*<sup>10</sup>. Em seu desenvolvimento, propicia a utilização de seu método para os estudos da filosofia, teoria do direito e para outras áreas do conhecimento. Como observa Josué Pereira da Silva, “(...) o primeiro sentido, que pode ser definido como teórico-epistemológico, refere-se à própria natureza interdisciplinar da maioria dos modelos ou das abordagens que se autodenominam teorias críticas.” (SILVA, 2017, p.1)

A crítica contemporânea se apresenta, portanto, como possibilidade de um pensamento multidisciplinar, para explorar um conjunto relativamente estreito de recursos conceituais na filosofia ocidental e na teoria política. Baseia-se, especialmente, no pós-estruturalismo e no marxismo cultural da Escola de Frankfurt, com aportes fornecidos pelo pragmatismo de estilo liberal. Pressupõe-se que a crítica se dirige ao capitalismo e é de esquerda. Segundo Habermas: “Seus valores são democráticos, igualitários, tolerantes, cosmopolitas, feministas, antirracistas, e sua ontologia materialista e ateuista – e que esses valores são, ou deveriam ser, universais”. (HABERMAS, 1987, p.59)

Nessa abertura multidisciplinar, a antropologia vai identificar a possibilidade de reflexão crítica, levando em consideração as especificidades metodológicas dessa área do conhecimento para lhe atribuir maior sistematicidade. Entre os cientistas sociais contemporâneos, Didier Fassin<sup>11</sup> talvez seja aquele que mais tem se dedicado a explorar as condições de possibilidade da reflexão crítica, questionando sua própria posição a

---

<sup>10</sup> A New School for Social Research foi fundada em 1919, na área de Greenwich Village, por um grupo de intelectuais progressistas, em sua maior parte dissidentes da Universidade Columbia – destacando-se Charles Beard (1874-1948), John Dewey (1859-1952), Alvin Johnson (1874-1971), Wesley Clair Mitchell (1874-1948) e Thorstein Veblen (1857-1929). Insatisfeitos com os limites à liberdade acadêmica nos Estados Unidos, esses intelectuais propunham criar uma versão americana da London School of Economics. Desde 2005, denomina-se *The New School*.

<sup>11</sup> Didier Fassin é professor James Wolfensohn at the Institute for Advanced Study e diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor de vários livros, incluindo o mais recente – *Life: A Critical User's Manual*. Ele foi o primeiro cientista social a receber o Prêmio Nomis Distinguished Scholar.

---

respeito do tipo de pensamento que poderia emergir da prática investigativa, com base em uma tipologia estabelecida por Michael Walzer.

Fassin recorre à antropologia crítica e às cartografias do poder soberano para desnudar aspectos da alegoria platônica da caverna e para diferenciar duas modalidades de se relacionar, criticamente, com o objeto de pesquisa em ciências sociais. A primeira consistiria em se posicionar fora da caverna e, a partir desse lugar, à luz do sol. Procura dissipar as ilusões nutridas por homens e mulheres que habitam a escuridão, indicando-lhes o caminho da verdade. Essa atitude corresponderia tipicamente ao “legado marxista.” (FASSIN, 2011, p. 484)

Uma segunda abordagem, mais recente e enraizada na teoria pragmática, consistiria em partilhar da mesma condição dos habitantes da caverna, declinando da ideia de uma verdade exterior e aceitando que “o significado social é coproduzido pelos agentes sociais”. Fassin renuncia à necessidade de escolher entre luz ou escuridão e prefere instalar-se no “limiar da caverna”, “numa posição a partir da qual é possível entrar e sair, alternadamente”. Posicionado nesse limiar, o teórico condicionaria sua capacidade de enunciação crítica à pergunta sobre o que se ganha e o que se perde, na medida em que as conjunturas se transformam e novos critérios ético-morais passam a dinamizar a ação social e a vida coletiva. (FASSIN, 2011, p. 485)

Na obra, *A Time for Critique*, Fassin suscita algumas questões e dúvidas, ao escrever que:

“(…) a crítica sempre foi mais contundente quando confrontou a ideologia liberal. Mas quando a oposição é abertamente realizada por meio de contraposições ou formulações racistas, sexistas, homofóbicas, nacionalista e supremacista, há pouco a ganhar com a crítica imanente. Na

---

luta pelos valores, dificilmente há necessidade de uma teoria crítica sofisticada.”<sup>12</sup> (FASSIN, 2019, p.280)

A crítica tem, no seu horizonte, como afirmado inicialmente, proposições voltadas à emancipação humana, e recorre à imaginação ética para questionar as próprias condições de possibilidade das circunstâncias presentes. Ela aspira menos a desmascarar a falsidade do que a obrigar seu leitor ver as coisas sob uma luz diferente - mas não necessariamente mais verdadeira, afinal, quem lê, dialoga, ou interpreta, se encontra em posição de alteridade. Trata-se, portanto, de um problema fenomenológico: o horizonte da imanência não produz imanência.

Se o ritmo da crítica é urgente e pode exigir ação imediata, a crítica pode ser lenta e indireta e muitas vezes levanta mais questões do que respostas. O objetivo da crítica é delinear o que podemos imaginar. Vista sob essa ótica, a crítica ajuda a impulsionar a investigação intelectual. Por exemplo: modos de ser historicamente contingentes – como aqueles ligados ao gênero ou raça, ou ao valor do trabalho e ao desejo de lucro infinito. Uma postura teórica crítica, nesses termos, deve ter presente que examinar essas categorias de identidade e valor contém sempre algum potencial emancipatório.

Com essas possibilidades, a teoria crítica dialoga com a teoria decolonial e com as categorias de raça e gênero, entrecruzando-as como faz Oyèrónké Oyěwùmí ao afirmar que “(...) a história das sociedades ocidentais tem sido apresentada como uma documentação do pensamento racional em que as ideias são enquadradas como agentes da história. Se os corpos aparecem, eles são articulados como o lado degradado da natureza humana.” (OYĚWÙMÍ, 1997, p. 4)

Silva acrescenta, ainda, a seguinte observação sobre a intersecção do pensamento crítico e decolonial com as teorias tradicionais, enunciando, “(...) a despeito de ser um crítico da ideia de totalidade e das teorias que ambicionam explicar o conjunto das

---

<sup>12</sup> Tradução nossa, segue o original: “But when the opposition is openly racist, sexist, homophobic, nationalistic, and supremacist, there is little to be gained from immanent critique. In the struggle over values, there is hardly any need for sophisticated critical theory”.

---

relações sociais, Boaventura de Sousa Santos também apresenta uma teoria – denominada Epistemologia do Sul ou Ecologia dos Saberes.” (SILVA, 2017, p. 3)

O pensamento crítico raramente se apresenta apenas como uma questão de investigação desinteressada e, segundo Silva, resulta na “(...) produção de textos e de abordagens teóricas, marcados ou caracterizados por uma forte ênfase na dimensão normativa.” (SILVA, 2017, p. 1)

Ao desvelar e dissolver as categorias que definem nossas vidas e valores, a crítica corre o risco de incapacitar ou adiar um acerto de contas com os danos dessas categorias e minar a base da solidariedade política com os outros. Essa difícil tarefa de realizar a crítica, sem minar a solidariedade, também está presente na reflexão de Oyèrónké Oyèwùmí:

Não questiono aqui a integridade de quem pesquisa; meu propósito não é rotular qualquer grupo dedicado à pesquisa como intencionalmente racista. Pelo contrário, desde o movimento pelos direitos civis, a pesquisa científico-social tem sido usada para formular políticas que reduzam – ou que procurem acabar com – a discriminação contra grupos subordinados (OYÈWÙMÍ, 1997, p.7).

Josué Pereira da Silva identifica esse encontro no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, “cuja principal crítica ao que denomina “pensamento abissal”, eurocentrista e colonizador está justamente no “desperdício de experiência”, motivado grandemente pela exclusão do outro, cujo reconhecimento deveria ser a base de um diálogo intersubjetivo relevante.” (SILVA, 2017, p. 3)

Nas palavras de Silva, ao identificar essa atitude teórica, “(...) o segundo sentido pode ser definido como político-normativo, na medida em que aponta, ou deve apontar, para algum horizonte além da sociedade existente” (SILVA, 2017, p. 1). Assim, é possível reconhecer que os ensaios que compõem a obra *A Time for Critique* respondem aos

---

eventos políticos de 2016, nos Estados Unidos da América do Norte, que mobilizaram de forma tão dramática categorias como raça, gênero e valor econômico. E, ainda assim, evitam a tentação de abordar, açodadamente, os eventos de última hora.

Tal atitude crítica pode ser identificada, também, nas reflexões recentes de Harcourt que aceita a definição da crítica de Foucault como "a arte de não ser governado dessa maneira", que vincula, implicitamente, as práticas de resistência à nossa capacidade de refletir sobre o mundo como ele parece ser, com sua sugestão de que há outro caminho. A crítica é, portanto, tanto uma prática ética, preocupada com a emancipação humana, quanto política. Citando Foucault, Fassin afirma que a crítica é “semelhante à virtude”, é um modo de autotransformação ética. Os autores da crítica devem olhar para além de seus espaços usuais e aprender com aqueles para quem a crítica faz sentido. (FASSIN, 2019, p.13-14)

Fassin enfatiza a necessidade de situar a crítica no meio-termo, entre as vozes dos oprimidos e aqueles que veem sua condição à distância. Ele quer definir uma prática crítica que possa “reconhecer a inteligência social dos agentes, bem como reconhecer a necessidade de uma autonomia intelectual dos cientistas sociais.”<sup>13</sup> (FASSIN, 2019.p.28)

A possibilidade de exercício da crítica permite que cada perspectiva esteja envolvida e nenhuma delas seja exclusivamente privilegiada. A teoria crítica utiliza seu método de análise para desvendar, na atual fase do capitalismo oligopolista, a injustiça e o assujeitamento produzido pelo discurso neoliberal como forma política. No vértice dessa discussão, a teoria crítica dialoga com as teorias decoloniais.

Nesse sentido, a crítica, que não pode ou não vai levar a sério pontos de vista estranhos sobre o mundo, corre o risco de reproduzir o próprio etnocentrismo que procura desafiar. Para evitar esse risco, os praticantes da crítica devem refletir sobre sua ética tida como certa, junto com a visão de mundo secular e materialista e as suposições sobre a história linear, da qual depende. O trabalho de crítica não pode ser definido apenas por

---

<sup>13</sup> Tradução nossa, segue o original: “recognize the need for an intellectual autonomy of social scientists, and therefore to reconcile the two positions”

---

eventos, com sua temporalidade instável e culpados flagrantes. Em vez disso, deve realizar o que Harcourt chama de "o trabalho lento e demorado de moldar ideias e desejos"<sup>14</sup>. (FASSIN, 2019, p.289).

É verdade que a crítica pode ser apenas um esforço entre muitos outros. Em meio à urgência da crise, pode parecer perverso pedir um trabalho lento como propõe Hartcourt. Mas, às vezes, mesmo o mais circunspecto praticante da crítica deve reconhecer que alguns danos exigem ação imediata. A determinação também pode nos roubar o autoconhecimento:

“(...) reunindo perspectivas de primeira e terceira pessoa, a crítica fornece linguagens para dissecar, persuadir, disputar, alijar, encorajar, propor, inventar e imaginar, para que outros também possam fazer o mesmo. Por meio do discurso de segunda pessoa – como o empregado pelo prisioneiro – a crítica pode convocar novas solidariedades e comunidades emergentes. Trabalhando em seu próprio ritmo, a crítica pode revelar as fontes éticas dos compromissos políticos das pessoas, para que elas saibam melhor por que agem e o que podem esperar.”

Reafirma-se que a teoria crítica realiza uma crítica imanente, que busca extrair elementos internos de processos, estruturas e relações sociais, não podendo ser simplesmente uma crítica que se dirija a ideias e tenha um caráter transcendental, por isso não é simplesmente uma crítica. Afirma que algo que é interno a essas estruturas não corresponde a sua apresentação externa. O crítico tenta desvendar a verdade de uma realidade que os outros desconhecem. A observação crítica contém uma confissão normativa oposta a um estado de coisas. “Os críticos desmascaram para julgar: as coisas não deveriam ser como estão. Eles consideram os fatos passíveis de conhecimento e

---

<sup>14</sup> Tradução nossa, segue o original: “the slow, time- consuming labor of shaping ideas and desires”

presumem que o teórico crítico e o público compartilham alguns princípios morais.” (ver referência)

Coerente com esses objetivos, Fassin, em seu ensaio *How is Critique?*, avança na análise da teoria crítica em sua atualidade e possibilidade de contribuir para a ação dos movimentos sociais. Por isso, argumenta que, a questão essencial não é *O que é crítica?* mas *em que pé está, como está a crítica?* para lembrar que a crítica está sempre localizada historicamente.

Comparando a política radical dos anos 1960 ao populismo de direita dos anos 2000, ele explora as condições que tornam a crítica possível, observando que ela é sempre uma resposta a configurações específicas de conhecimento e poder, nas esferas acadêmica e pública. Formula essa questão ao retomar a análise de Foucault sobre o trabalho de Kant a respeito da *Aufklärung* e o nascimento da crítica, para identificar como está sendo exercida a atividade crítica, na atualidade, e para isso traça um diagnóstico a partir da presença e atuação de movimentos sociais e políticos contemporâneos.

Segundo o autor, o espaço da crítica encolheu, nas últimas décadas, tanto na esfera pública quanto na atividade acadêmica e observa que, “no entanto, esta análise não valida os pronunciamentos imprudentes sobre a morte da crítica. Em vez disso, sinaliza as circunstâncias cada vez mais difíceis de sua produção. A crítica enfrenta tempos difíceis. Seu espaço encolheu. No entanto, está vivo e bem, não apenas dentro dos círculos acadêmicos, mas também em novas formas nos movimentos sociais.”<sup>15</sup> (FASSIN, 2019, p. 3-4)

O exercício da crítica pelos movimentos sociais, pode sinalizar para seu alinhamento com a vertente identificada por Foucault que se interroga o que é nossa atualidade e qual é o campo das experiências possíveis que propõe denominar “Ontologia do Presente ou Ontologia de Nós Mesmos” e que, segundo o autor, se inscreve nessa

---

<sup>15</sup> Tradução nossa, segue o original:: However, this analysis does not validate the reckless pronouncements on the death of critique. It signals instead the increasingly difficult circumstances of its production. Critique faces hard times. Its space has shrunk. Yet, it is alive and well, not only within scholarly circles, but also in novel forms within social movements.

vertente hegeliana, a Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche e Max Weber.” (FASSIN, 2019.p. 4)

Na perspectiva desses autores, a crítica ao presente define a nossa humanidade, pois ser crítico é respirar o ar, por mais poluído que seja, e se envolver em deliberação com os membros da sua comunidade, compartilhando sua caminhada em direção de horizontes emancipatórios esboçados. Para além de tais estratégias, sugerem que os pensadores críticos assumam a responsabilidade de não permanecer em suas zonas de conforto, e se coloquem nas posições mais desconfortáveis possíveis – as mais perturbadoras, de modo a pensar no contrapelo do pensamento e das percepções de mundo vigentes.

#### **4. Teoria Crítica e Direito Alternativo: Conexões teórico-metodológicas**

Josué Pereira da Silva, em seu artigo *O que é crítico na sociologia crítica?* destaca: “(...) a ênfase que essas teorias põem na dimensão normativa, seja na necessidade, por exemplo, de que precisamos ‘viver juntos’ e de que é possível ‘se opor sem se massacrar’” e agrega que essa proposta teórica resulta: “segundo a formulação de Alan Caillé, seja na ênfase dada nas noções como justiça, democracia e emancipação” (SILVA, 2017, p. 2).

Tendo por norte essas preocupações, a teoria crítica do direito desvenda as lacunas, os problemas e, em certa medida, a falência do modelo jurídico forjado pela modernidade e vigente na sociedade capitalista. A crítica à modernidade jurídica se faz a partir da análise de discursos que tomam como, ponto de partida e de chegada a organização do poder, pela via do Estado, e da vida social por meio de normas jurídicas. Essa forma de organização política, tida como completa e permanente, resulta no bloqueio dos horizontes emancipatórios.

Walter Benjamin, em seu escrito *Para Uma Crítica da Violência*, explora o tema da relação entre o direito, poder e violência, situando essa crítica na formação do direito no capitalismo. Afirma que qualquer que seja o efeito de uma determinada causa, ela só

---

se transforma em violência, no sentido forte da palavra, quando interfere em relações éticas. A esfera de tais relações é designada pelos conceitos de direito e justiça. (BENJAMIN, 2007, p. 115-116)

José Rodrigo Rodriguez, aponta na obra de autores da Escola de Frankfurt: “(...) certos “achados críticos” fundados numa teoria social menos funcionalista do que aquela esposada pelos autores do “círculo interno” do Instituto, cujos principais representantes são Theodor W. Adorno e Max Horkheimer.” (RODRIGUEZ, 2004, p. 53)

Destaca, por exemplo, o trabalho de Franz Neumann em relação à análise marxista: “a abordagem de Neumann não se identifica com esse ponto de vista. Sua discordância diante do conceito de capitalismo de Estado levou-o a uma concepção diversa do Direito e de seu papel na reprodução social”. Essa dissidência é de fundamental importância para o desenvolvimento dos estudos na área jurídica, pois “Neumann dirá que, com a efetiva participação da classe trabalhadora no Parlamento, o Direito deixa de cumprir apenas funções ideológicas. O diagnóstico do capitalismo defendido por ele considera que a política se torna central na reprodução capitalista, neutralizando em parte o funcionamento cego das leis econômicas.” (RODRIGUEZ, 2004, p. 56)

A partir desse enfretamento teórico, nascido no interior do grupo de pesquisadores da Escola de Frankfurt, renova-se o debate sobre a formação e a função do Direito. Apesar dessas divergências, os autores situados no amplo espectro do que se denomina teoria crítica, convergem em vários pontos sobre a discussão da localização da esfera jurídica positivista, na sociedade capitalista, e mantêm a questão do poder como um tema principal da análise jurídica.

Afastam-se, porém, da ciência jurídica tradicional elaborada com base do exame de normas jurídicas e da forma como elas se estabeleceram em uma sociedade em que o Estado aparece como objeto mais visível de análise. Na perspectiva tradicional da teoria jurídica, o poder continua oculto atrás das instituições e formas jurídicas e o conflito e tensão existente na sociedade são obturados por essa aparente harmonia e estabilidade jurídica. A teoria crítica, por sua vez, ao invés de descrever os mitos, ficções e discursos

---

que têm origem e fim na normatividade estabelecida, busca evidenciar a trama social do poder que subjaz à sua forma institucional.

Josué Pereira da Silva realiza um esforço de sistematização de autores contemporâneos, como Jürgen Habermas e Axel Honnet, que se situam na tradição da Escola de Frankfurt, mas que propõem novas questões teóricas apropriadas do pragmatismo e da tradição inter subjetivista, para elaborar discursos sobre a teoria da justiça. (SILVA, 2017, p. 3)

Segundo Pivato e Junior, Habermas incorpora “a dimensão prático-moral, e de forma mais determinante o direito na dinâmica da teoria crítica” Decorre daí, segundo os autores, “(...) seu afastamento dos integrantes da primeira geração dos frankfurtianos, os quais haviam, de certo modo, conformado a compreensão da teoria crítica à um modelo cognitivo da relação sujeito e objeto, sob a rubrica marxista do conceito de trabalho” (PIVATO&JUNIOR.2016, p.85). Axel Honnet, por sua vez, ao elaborar a teoria do reconhecimento propõe “(...) substituir a teoria da emancipação, baseada num paradigma do trabalho, conforme ocorre na teoria marxista tradicional, por uma teoria da emancipação baseada no paradigma do reconhecimento. (SILVA, 2017, p. 7)

A teoria crítica do direito, na França, distancia-se da matriz frankfurtiana, mas se expande, a partir da década de 1970, com base em estudos alinhados à tradição marxista. A produção teórica dos autores franceses vai ser divulgada por meio da “coleção de obras *Critique du Droit*, dirigida por Robert Charvin, Philippe Dujardin, Jean-Jacques Gleizal, Antoine Jeammaud, Michel Jeantin e Michel Miaille. Somada a essa coleção, a revista *Procès – Cahiers d’analyse politique et juridique*, criada em 1978, segue a mesma orientação teórica da coleção *Critique du Droit*.” (FILHO, 2007, p.146)

O autor mais conhecido desse movimento e que teve maior influência para o desenvolvimento da teoria crítica do direito, no Brasil, foi Michel Miaille que, em 1975, publicou a obra *Introdução Crítica ao Direito*. Na apresentação dessa obra, menciona a escassez de escritos jurídicos sobre a teoria marxista do direito e excetua a obra de

---

Bernard Edelman, *O direito captado pela fotografia*, de 197 e de Stoyanovitch, *O pensamento marxista e o Direito*, de 1975.

Em sua investigação, Miaille, no capítulo II, intitulado *Uma introdução crítica*, adverte que: “o pensamento crítico é mais do que o pensamento abstrato: é preciso acrescentar-lhe a dialética. Que quer isso dizer? O pensamento dialético parte da experiência de que o mundo é complexo: o real não mantém as condições de sua existência senão numa luta quer ela seja consciente quer inconsciente.” (MIAILLE, 2005, p.21-22)

Miaille adota, por inteiro, a lógica de Marx e a considera potente para a análise jurídica, ao apontar que o direito burguês atua na esfera da circulação, como Marx expõe em o *Capital*: “(...) tudo se passa na circulação (das mercadorias) e tudo aí não se passa”. Com efeito, o mundo da mercadoria, esse da sociedade capitalista, deixa pensar que o grande problema é o da troca: daí as teorias do século XVIII sobre o *laissez passer*.” (MIAILLE, 2014, p. 13)

Ao utilizar o método dialético materialista, Miaille avança para a crítica ao positivismo jurídico, que orienta o direito destinado a regular a esfera da circulação das mercadorias, para onde se dirigem as fórmulas jurídicas que ocultam as desigualdades, mesmo quando o direito procura efetuar a redistribuição de riquezas para diminuir-las, ao observar que, “(...) é, portanto, mais avançado dentro do sistema que é necessário se situar para compreender a desigualdade na troca, quer dizer, dentro do campo de desigualdades da produção. Em outros termos, a esfera da circulação mascara a esfera da produção e as desigualdades reais se situam menos na troca do que na produção.” (MIAILLE, 2014, p. 13)

Miaille se utiliza do conceito formulado por Gaston Bachelard para identificar “obstáculos epistemológicos” nas ciências jurídicas orientadas pelo positivismo, na seguinte ordem: “(...) a falsa transparência do direito ligada a uma dominação do espírito positivista (...); o idealismo profundo das explicações jurídicas (...); uma certa imagem

do saber onde a especialização teria progressivamente autorizado as compartimentações (...).” (MIAILLE, 2005, p.37-38)

No Brasil, Luiz Fernando Coelho publica em 1980 seu livro *Teoria Crítica do Direito* e utiliza a formulação de Gaston Bachelard para refletir sobre o conhecimento jurídico, ao afirmar que, “(...) todo conhecimento científico é uma ruptura com o conhecimento comum, procurando determinar aspectos do real que não são dados imediatos, mas resultados construídos pelo cientista. A racionalidade é assim projetada em outro plano, o construtivo em oposição ao descritivo, o operacional em oposição ao causal” (COELHO, 1991.p.219).

Coelho propõe uma “oxigenação da teoria do direito”, a partir de alguns pressupostos, entre os quais se destacam o pensamento da Escola de Frankfurt com a finalidade de desvendar o caráter ideológico da própria ciência e a ideologia como elemento de legitimação do poder na sociedade capitalista. Sua proposta teórica inclui, também, uma aproximação com a filosofia marxista: “(...) onde o pensamento crítico, conjugado com as contribuições das outras vertentes vai haurir suas categorias fundamentais, ideologia, alienação e libertação; e o resgate do trabalho como algo essencial e dignificante, e a práxis como o processo de conscientização da sociedade com vistas à sua auto instituição como sociedade livre.” (COELHO, 1991.p.224)

A partir dessas vertentes, a teoria crítica do direito se instala em algumas disciplinas dos cursos jurídicos e em especial, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGD/UFSC. Esse movimento teórico tem como alvo principal o positivismo jurídico, redutor da reflexão sobre o direito ao fenômeno legislativo produzido pelo Estado e preso ao método de análise cujo objetivo é apenas verificar a legitimidade e a validade das normas, desconsiderando a dinâmica social que produz essas normas. Para realizar essa crítica avança na construção de uma metodologia interdisciplinar.

É nesse contexto, que os trabalhos filiados à teoria crítica do direito, no Brasil, se articulam com determinadas correntes do pensamento jurídico na América Latina, para

---

responder às preocupações teóricas e enfrentar questões decorrentes do capitalismo colonial. Esses trabalhos propõem a crítica ao positivismo jurídico e ao fechamento disciplinar do direito, identificados por Wolkmer nos seguintes termos:

“(...) a ideologia do positivismo jurídico se manifesta através de um rigoroso formalismo normativista, torna-se o autêntico produto de uma sociedade burguesa solidamente edificada. Esse formalismo esconde as origens econômicas da estrutura de poder, harmonizando a relação entre capital e trabalho, e eternizando através de regras de controle o ‘*status quo*’ dominante” (WOLKMER, 1991, p. 29-30).

Ainda, na década de 1980, no Brasil, a influência do teórico argentino Luís Alberto Warat, junto ao PPGD/UFSC foi decisiva para o desenvolvimento da teoria crítica do direito, conforme pontua Antônio Carlos Wolkmer, outro importante autor dessa corrente teórica, ao citar Warat, afirmando: “(...) o discurso crítico não pode ter nenhuma pretensão de completude, nem pretende falar alternativamente em nome de nenhuma unidade ou harmonia, já que está em processo permanente de elaboração” E complementa, “Realiza análises fragmentadas e transformáveis próprias de um processo de produção de um novo conhecimento científico.” (WOLKMER, 1991, p. 41)

Posteriormente, Warat abre novos questionamentos sobre determinados aspectos da teoria marxista e dialoga com autores de outras vertentes filosóficas, realizando intersecções entre direito, literatura, cinema e teoria da linguagem. Murilo Duarte Costa Corrêa, em artigo intitulado *Luís Alberto Warat: amanheceremos órfãos*, em 2010, registra a riqueza e amplitude do *pensamento waratiano*, nas seguintes palavras: “Warat tomava de empréstimo o mundo para fazê-lo proliferar com o direito. No seio de uma crítica jurídica que respirava um marxismo militante, mas que fraquejava em proposições e novidade pujantes, Warat aproximou, novamente vida, invenção, corpo e Ciência Jurídica.” (CORRÊA, 2010)

A teoria crítica do direito, no Brasil, ao mesmo tempo que reivindicava sua filiação ao marxismo e ao pensamento da Escola de Frankfurt, tinha como objetivo desnudar as contradições do positivismo e do dogmatismo do ensino jurídico, em uma sociedade marcada pela sua posição na divisão internacional do trabalho e constituída a partir da escravidão e da permanência das injustiças sociais.

Ao realizar a crítica, com base nas contradições entre a vida social e o direito positivo estatal, esse movimento teórico articula a postura crítica com projetos políticos emancipatórios, que se opõem à ordem jurídica estatal originada nos processos coloniais e que resultaram exploração, submissão, e opressão, dos povos originários e das populações nos países do Hemisfério Sul. Na América Latina e no Caribe o direito se apresenta, claramente, como instrumento do estado colonial, e a instância jurídica é vista como mantenedora de uma ordem política ilegítima e responsável pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

Óscar Correas, teórico marxista, ao formular sua crítica ao direito e a teoria geral do direito, identificou essas características, nos seguintes termos:

“A narrativa contratualista da TGD se defronta com a imposição violenta e racista do sistema jurídico europeu, que caracteriza a dominação imperialista fruto da invasão colonial, o qual se complexifica ao longo do processo de desenvolvimento capitalista-dependente na periferia do sistema. Essa teoria aponta no seu horizonte emancipatório a possibilidade de ter suas categorias teóricas instrumentalizadas “para o uso alternativo dos movimentos sociais, sobretudo, dos movimentos indígenas para exercer o poder comunitário-popular” (BRAVO, FAGUNDES, 2020, p. 528).

Na América Latina e no Brasil, a teoria do crítica do direito deu origem e sustentou o desenvolvimento de várias tendências de análise jurídica, que se abrigam sob o título

de Direito Alternativo. A pergunta que se faz é: esse direito é alternativo a qual outro direito, e se é alternativo pode ser considerado direito? De qualquer sorte, as várias versões do Direito Alternativo no Brasil são representativas da recepção da teoria crítica sobre a teoria do direito.

Com uma aparente unidade e pontos de partida e de fundamentação no pensamento da Escola de Frankfurt, mas com uma pluralidade de objetivos e propostas metodológicas, o Direito Alternativo procurou se estabelecer como um direito que se insurja contra a desigualdade e a opressão e que reconheça novos sujeitos coletivos; que proponha um ensino jurídico comprometido com questões sociais e rompa com a sua raiz colonial e com a manutenção pelo capitalismo atual; que possa indicar um caminho para os juízes realizarem a justiça social; que formule e proponha respostas jurídicas para atender as demandas dos movimentos sociais. Esse conjunto de propostas e temáticas se abrigam sob denominações variadas como: direito insurgente, direito dos oprimidos, uso alternativo do direito, positivismo de combate e outros retratados na obra síntese desse movimento, *Lições de Direito Alternativo*.

## 5. Notas Conclusivas

Mas a crítica é feita por pessoas. Por gente que, situada nas realidades do mundo, movimenta-se, percebe, aponta. Tratar de teoria crítica envolve perceber que suas formas de captar e fabular são também situadas ao sabor dos contextos. Assim como a migração dos pensadores alemães para os Estados Unidos permitiu o desenvolvimento (ou, diriam alguns, a sobrevivência) da lendária Escola de Frankfurt na capital do século XX, a migração das ideias faz que surjam novas nuances e entendimentos a respeito da tarefa crítica. A tarefa da filosofia (em Marx) torna-se a tarefa do historiador (em Benjamin) e pode – por que não? – transmutar-se em tarefa do jurista. Para a crítica, não há uma diferença clara entre esses agentes.

A tarefa crítica do jurista encontrou sua primeira expressão na fase inicial da Escola de Frankfurt marcada por dissensos sobre o papel do Estado capitalista e sobre a construção da democracia com a participação dos trabalhadores. Mais tarde, outros

autores dessa mesma tradição trabalharam com elementos teóricos retirados do pragmatismo e do intersubjetivíssimo, para configurar o debate sobre a teoria da justiça.

A teoria crítica do direito, alinhada à tradição marxista, encontra, na França, a partir da década de 1970, adeptos entre juristas e inclui na sua temática a crítica ao positivismo jurídico. No final dessa década, a crítica ao direito vigente, na América Latina e no Brasil, permitiu revelar as lacunas, problemas e a falência do modelo jurídico forjado no capitalismo e desenvolvido pelo projeto colonial.

A crítica jurídica no Brasil pode ser reconhecida sob a denominação de Direito Alternativo, com variáveis muito amplas e sustentada por leituras de base marxista. A tarefa dos juristas, neste Continente, é realizar a crítica imanente do direito de modo a ampliar as possibilidades do horizonte emancipatório, na perspectiva decolonial.

## 6. Referências citadas

ARNAUT, Danilo; DE MARIO, Camila. “Justiça: direito à justificação (resenha da obra *The Right to Justification: elements of a constructivist Theory of Justice*, de Rainer Forst)”, *Revista Ideias – UNICAMP*, n.º 6 (1), pp. 245-252, 2013.

ARNAUT, Danilo. *Os humanos dos direitos: fenomenologia da pessoa concreta*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BENJAMIN, Walter. “Über den Begriff der Geschichte”, in *Gesammelte Schrifte*, Band I-2. Frankfurt: Suhrkamp, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Concepto de filosofia de la historia*. 1ª ed. La Plata: Terramar, 2007

BRAVO, Efendy Emiliano Maldonado & FAGUNDES, Lucas Machado. *A crítica jurídica de oscar correas: legado e contribuições para pensar uma sociologia jurídica desde a américa latina*. *Revista Culturas Jurídicas*, Vol. 7, Núm. 18, set./dez., 2020

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

---

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. *Luis Alberto Warat: amanheceremos órfãos*. Disponível em <http://murilocorrea.blogspot.com/2010/12/luis-alberto-warat-amanheceremos-orfaos.html>. 2010

FASSIN, Didier. “How Is Critique?”, in FASSIN, D.; HARCOURT, B. E. (ed.) *A Time for Critique*. New York: Columbia University Press, 2019.

FASSIN, Didier. “A contribution to the critique of moral reason”, *Anthropological Theory*, v. 11, n. 4, 2011.

FILHO, Wilson Ramos. “Direito Alternativo e Cidadania Operária”, in ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. *Lições de Direito Alternativo 2*. São Paulo: Acadêmica, 2007.

FORST, Rainer. *Kontexte der Gerechtigkeit: Politische Philosophie jenseits von Liberalismus und Kommunitarismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Normativität und Macht: zur Analyse sozialer Rechtfertigungsordnungen*. Berlin: Suhrkamp, 2015.

\_\_\_\_\_. *Justificação e crítica: perspectivas de uma teoria crítica da política*. São Paulo: UNESP, 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

LUHMANN, Niklas. *Das Recht der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.

LUKÁCS, G. “Nature et forme de l’essai”, *Études littéraires*, 5(1), 91–114, 1972.

MARX, Karl. “Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung”, in *Karl Marx/ Friedrich Engels – Werke*. Band Eins. Berlin: Dietz Verlag, 1976.

MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Direito. Une introduction critique au droit. Temas de Sociologia*. Volume 20. Editora Estampa. 3.ed. 2005.

---

MIAILLE, Michel. “Redistribuir por meio do Direito?”, *Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Vol. 16, nº 2, 2014. pp. 11-15. 2014.

NEVES, Marcelo. *Constitucionalização Simbólica*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

\_\_\_\_\_. “Constitucionalização simbólica e desconstitucionalização fática: mudança simbólica da Constituição e permanência das estruturas reais de poder”, *Revista de Informação Legislativa*, v. 33, n. 132, pp. 321-330, out./dez. 1996.

OYĚWÙMÍ O. “Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects”, in: OYĚWÙMÍ O. *The Invention of Women – Making An African Sense Of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997. pp. 1-30.

PIVATO, Marcilei Gorini. JUNIOR, Clodomiro José Bannwart. “A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO E A CONSTRUÇÃO DO PÓS-POSITIVISMO”, *Revista Teorias do Direito e Realismo Jurídico* | Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 84 - 105 | Jan/Jun. 2016.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. “Franz Neumann, o Direito e a teoria crítica”, *Lua nova: Revista de cultura e política*. n. 61, p. 53–73, 2004.

SILVA, Josué Pereira da. “O que é crítico na sociologia crítica?”, *Revista brasileira de ciências sociais* - vol. 32 nº 93. 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina*. Editora Lumen Juris. 1991.